



## ATA Nº 13/2021

Aos 21 dias do mês de dezembro de 2021, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a terceira reunião da quinta sessão ordinária do ano 2021, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Isabel Maria Pinhal Resende e Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos:

9. Deliberar sobre os Documentos Previsionais para o ano 2022: a) Grandes Opções do Plano e Orçamento; b) Mapa de Pessoal; c) Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais;
10. Apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal;
12. Tomar conhecimento da alteração por adaptação do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Espinho por força do Programa da Orla Costeira Caminha - Espinho (POC-CE).

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes; Ana Paula Africano de Sousa e Silva; José Adolfo Carvalho Rocha; Jorge Eduardo da Nave Pina; Rosa Martins Freitas Duarte; Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos; Álvaro Paulo Alves Leite; Abel Jorge Correia dos Santos; António Manuel Pinto de Oliveira; Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins; Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha; Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto; Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende; João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por Rui Manuel Martins Fidalgo e de Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram presentes o Senhor Vice-Presidente Álvaro Ferreira da Cunha Monteiro e os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião e recordou que estava a ser transmitida em direto. Disse que a Mesa da Assembleia tinha recebido um pedido de renúncia ao mandato do vogal João Carapeto por motivo de ter tomado posse como Secretário metropolitano da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto e de seguida, chamou o Sr. João Humberto Santos Cunha Bastos para tomar posse como membro da Assembleia Municipal. Verificadas a sua identidade e legitimidade, e após leitura e assinatura do termo de posse, declarou-o investido nas suas funções para o mandato autárquico no quadriénio 2021-2025.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que tinha entrado na mesa um requerimento de Ana Paula Fontes Rocha e Castro, residente na Rua 18, n.º 520 em Espinho, para intervir no início da reunião. No uso da palavra, referiu que estava ali em representação da Associação de proteção animal Patinhas sem Lar, e fez uma exposição sobre a criação e funcionamento da associação.

Interveio o Presidente CME para agradecer à Dra. Ana Paula a sua exposição e, na sua pessoa, agradecer a todos os voluntários que desenvolviam aquele trabalho absolutamente extraordinário. Disse que tinham já feito algumas reuniões com a associação e que era um projeto que acarinhavam, apoiavam, reconhecendo a sua utilidade pública, sendo que a associação, muitas vezes, e ao longo dos últimos anos, se tinha vindo a substituir ao município. Disse ainda que tudo fariam para apoiar a instituição para que continue a prestar aquele importante trabalho à Comunidade e ao município.

A reunião prosseguiu com o ponto 9. Deliberar sobre os Documentos Previsionais para o ano 2022: a) Grandes Opções do Plano e Orçamento; b) Mapa de Pessoal; c) Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais.



Alexandre Bastos (PSD) disse que o orçamento municipal previa uma verba e um projeto para um canil e um gatil municipal e perguntou se já existia verba cabimentada, algum projeto, algo em concreto para poderem dar conhecimento ao público, sendo certo que a sua posição, naquela questão do enquadramento do canil e do gatil municipal, passava também muito por um projeto que assentasse as bases em parceria com as associações locais, desconhecendo se, para além da Patinhas sem Lar, existia naquele momento mais associações ativas. Que o trabalho da Câmara também passava pelo protocolo com aquelas associações, após a instauração daquele projeto. Fez notar que, na última campanha eleitoral, o PPD-PSD verificou que era necessária uma política de sensibilização para a população em geral do que era proteção animal, principalmente nas freguesias periféricas à cidade, e pensava que os presidentes de junta podiam ser uns bons parceiros em dar mãos àquele projeto, juntamente com a Câmara.

Filipe Pinto (PSD) em relação às despesas de pessoal, perguntou qual o motivo para um aumento de cerca de 900 mil EUR face ao orçamento anterior; que na página 14, existia uma verba cabimentada para desporto, recreio e lazer, de 3,7 M€, e perguntou a razão do aumento de quase 2 M€ face ao ano anterior; sobre o abastecimento de água, disse que existia uma redução de cerca de 660 mil € para 2022 e perguntou se aquela redução, de quase 20%, tinha a ver com uma consequência direta do investimento feito pelo executivo anterior na melhoria das condutas da água. Perguntou, no quadro da página 35 referente às grandes obras, porque se mantinham obras do executivo anterior, como a requalificação da rua 33 e a Poente 24, e requalificação da Escola Básica 2, que presumia já se encontrarem concluídas.

Jorge Pina (PS) disse que a sua primeira questão prendia-se com o que foi herdado naquele momento, o estado em que estavam os edifícios públicos, como o Multimeios que estava degradado, a Nave onde chovia no interior, o FACE que estava a apodrecer, a sua entrada estava desfigurada, parecendo uma pintura *naïf*, a piscina na Avenida 32, estava, na maior parte das vezes, fechada. Que o anterior Presidente da Câmara, quando ganhou as eleições em 2017, disse que em 2018 se jogaria à bola no campo do estádio municipal e estavam já em 2022, sendo que ele e os restantes elementos do PS, por causa disso, tiveram o maior vexame que se podia imaginar num Estado democrático, apenas porque queriam um orçamento bem feito e não mal feito, tendo de deixar a Assembleia Municipal sob escolta policial. Referiu ainda que os balneários públicos se encontravam ou avariados ou fechados e que as ruas

continuavam na mesma; que o RECAFE estava no estado em que estava e por último referiu a construção do elevador no meio da Rua 33. Perguntou ainda porque não se fazia uma auditoria forense, se era verdade que havia munícipes que não tinham recebido o cheque-bebé e o cheque educação e se o não pagamento se devia à atual Câmara ou à anterior e ainda a razão de, nas ruas de Espinho, haver menos iluminação nas ornamentações natalícias.

Manuel Dias (Presidente JF Paramos) solicitou que o esclarecessem, uma vez que, na sua intervenção, a vogal Alexandra Bastos, referiu que a Patinhas sem Lar era a única associação no concelho de Espinho, e julgava que existia outra denominada Amar Animais, liderada pela Dra. Joana Sá, que era uma associação de utilidade pública situada em Paramos.

Ana Rezende (CDU) disse que era recorrente e perpassava ao longo de todo o documento uma noção de penúria financeira que, mais uma vez, se descobria, quando mudava a gestão municipal, desta vez do PSD para o PS, mas que também era familiar por igual situação em mudança inversa, significando que andavam há muitos anos, seguramente quase há 20, a acumular uma penúria e empurrar com a barriga para a frente, com uma gestão de dívida e com a contração sucessiva de empréstimos que não abonava nada a favor do município, muito menos da saúde financeira do município. Que, ao longo de todo o documento, não se encontrava uma resposta para arrear caminho e para contornar aquela alegada dificuldade financeira, que era endémica. Recordou os projetos já ali discutidos a propósito dos mecanismos de política fiscal e financeira à disposição da Câmara para arrecadação de receita, como seja o IMI, a derrama e participação variável no IRS, que a Assembleia aprovou sem ter em consideração os espinhenses e a saúde financeira da própria Câmara. Disse ainda que a Assembleia, pela maioria do PS, e a conivente abstenção do PSD, preferiu não baixar os impostos que sobrecarregavam diretamente as pessoas nem isentar os pequenos e médios comerciantes e empresas para manter a derrama em valores mínimos, favorecendo assim os grandes grupos económicos e as grandes empresas à custa dos cidadãos. Que a Assembleia chumbou uma subida da derrama e a sua isenção ao pequeno comércio para proteger o lucro das grandes superfícies comerciais e dos grupos económicos de Espinho, ou seja, a Câmara com o apoio dos de sempre, PS e PSD, abdicou de arrecadar receita provinda dos lucros dos grandes, optando por sobrecarregar famílias inteiras. Acrescentou ainda que também no presente orçamento não se encontrava nenhuma alusão à renovação tácita, uma vez mais, sem



concurso público, da concessão do jogo em Espinho feita pelo Governo após o chumbo do orçamento geral do estado já liberto da influência do PCP. Que acreditava que aquela medida merecia o mais vivo protesto por parte do município de Espinho, alegadamente falido, ou pelo menos uma eloquente denúncia. Que, de igual modo, não viam a atual Câmara repudiar a isenção concedida ao Grupo Fortera no valor de meio milhão de euros para a construção de habitação de luxo, quando tal verba era de inestimável valor para o equilíbrio financeiro do município. Que Espinho continuava assim a ser gerido de acordo com grandes interesses económicos, não tendo em atenção os interesses da esmagadora maioria da população do Concelho. Quanto ao plano estratégico, viam elencados vários assuntos importantes, alguns mesmo de capital relevância para o futuro do Concelho, mas cujas explicações da respetiva tradução prática, somavam-se numa mão cheia de nada, sendo meras declarações de intenções, do qual não se conseguia perceber que verbas seriam cabimentadas e alocadas para o efeito, e começando pela mais importante e da qual, na opinião da CDU, dependeria o futuro do concelho, que era a questão de garantir condições necessárias de fixar e atrair população. Que os Espinhenses perguntavam, como pensava o PS atrair e fixar população, se seria baixando o preço da habitação e criando postos de trabalho e como pensava fazê-lo, ou seria, a exemplo do PSD, com construções de luxo da Fortera destinadas aos rendeiros da finança internacional ou com novas Manhattan a sul de Espinho, como assegurou a Câmara PSD com a abstenção do PS. Perguntou como podiam ser fixados, em Espinho, os jovens de fora do Concelho que frequentavam as escolas, construir as suas vidas e ter trabalho, porque era urgente que se fizesse com que aqueles jovens, ao contrário do que se fez com a maioria dos seus pais expulsos de Espinho pela carestia artificialmente inflacionada da habitação do Concelho e, em especial da cidade. Que o documento não dizia como, parecendo-lhe, mais uma vez, que nenhuma daquelas boas intenções passariam do papel, muito menos quando, no mesmo plano estratégico, se podia ler ser objetivo da Câmara PS, a valorização do Casino de Espinho, como polo de atratividade. Que, para além de indecorosa desgraça da apologia do jogo e da adição que o mesmo comportava com a conseqüente desgraça de muitas famílias, era um dado real que na indústria do jogo, a Solverde era a que mais baixos salários pagava, recusando-se a negociar a situação dos seus trabalhadores com o respetivo sindicato e, no entanto, para a Câmara, era importante valorizar o negócio do jogo a todo o custo. Que eram aquelas escolhas que se punham ao PS local e à equipa do Senhor Presidente da Câmara. Que ali se poderia ver se haveria alguma diferença de fundo

entre a gestão do PS e do PSD, que, até agora, não houve e temiam que, mais uma vez não houvesse. Acrescentou que outras pérolas de explicações vazias podiam ser acolhidas na listagem de mais opções do plano, com relevo para a famosa construção de uma mega sala de espetáculos que naquela lista passava a duas e que, não vendo como tal pudesse ser exequível, carecia de explicações. Que a forma como se descreviam as opções do plano, não explicitando a forma de as realizar, pareciam mais uns tópicos que facilmente eram extraídos de qualquer manual de problemas autárquicos. Que o problema daqueles documentos previsionais era que, se de facto não havia dinheiro, e se de facto não viam ali uma concreta metodologia da ação que demonstrasse para além do simples elencar dos problemas como podiam ser resolvidos, acreditava que restava muito pouco daquele documento para alguém, em consciência, o conseguisse aprovar como um cheque em branco. Que ninguém duvidava da conformidade contabilística da parte dos números, mas perguntou onde estava traduzido no que eram as reais opções do executivo não só para 2022, mas até 2025.

Paulo Leite (PSD) pediu para fazer um ponto de ordem e disse que a vogal Ana Rezende aproveitou para fazer uma intervenção, e não propriamente perguntas. Aproveitou também para dizer que teve gosto em ver ali a Patinhas sem Lar, cujos problemas eram de todos bem conhecidos e todos queriam ajudar, estando solidários com a situação. Que deixava uma palavra de apreço pelo trabalho que realizavam.

João Matos (BE) disse que o orçamento e as grandes opções do plano são os documentos onde melhor se refletiam as escolhas, as opções e as prioridades dos órgãos executivos das autarquias. Assim, este ponto era para eles dos mais importantes nas reuniões da Assembleia Municipal. Como primeira nota, realçou o valor global das receitas previstas de 36 700 000 EUR. Que continuavam a considerar que os valores atribuídos pelo orçamento de Estado para o financiamento da atividade dos municípios estavam muito aquém do papel que podia ser desempenhado com vantagens pelas autarquias locais. Que, em 2020, as transferências totais do Estado foram de 3.2 mil milhões de euros, montante, a seu ver, demasiado baixo para as crescentes competências dos municípios. Depois referiu o valor do investimento previsto, em que, no orçamento para 2022, as despesas de capital representavam 33% das despesas previstas, sendo que edifícios e outras construções somavam mais de 7.5 milhões de euros, o que significava que o município de Espinho tinha todas as possibilidades financeiras para responder às dificuldades e constrangimentos



económicos e sociais que afligiam tanta gente no município, jovens e pessoas mais idosas. Que tudo dependia então das prioridades e das escolhas políticas do executivo municipal. Continuou com um terceiro ponto sobre as despesas e o plano estratégico. Se acompanharem a criação de critérios claros e transparentes para atribuição de apoios e recursos públicos, o apoio aos cuidadores informais, a criação de uma rede de lares tendencialmente gratuitos ou a criação de uma brigada municipal de controle ambiental para identificar atividades com potencial poluidor, se julgarem decisivo um plano municipal de arborização e espaços verdes, se era importante a criação de hortas urbanas ou a aquisição de produtos agrícolas locais e a elaboração de um plano estratégico de mobilidade. Que a Transmissão em direto das reuniões dos órgãos autárquicos não necessitava de grande tempo para se concretizar e que a dotação da Assembleia Municipal de um espaço próprio podia avançar desde já e a delegação de competências do município para as juntas de freguesia já tinha base legal. Que, porém, para o bloco, a redução da taxa de IMI de 0.01 devia ser acompanhada do agravamento dos prédios devolutos ou que não cumprissem a sua finalidade de garantir habitação digna e a oferta de habitação municipal através da construção nova tinha que ter meios suficientemente fortes que traduzissem um contributo sério do município de Espinho para que se alcançasse, até 2025, o objetivo nacional de ter 5% de habitações públicas no conjunto dos quase 6 milhões de alojamentos no país. Acrescentou que eram também necessárias respostas do município para ajudar a pôr fim à violência sobre as Mulheres, aquele flagelo social em que os municípios não podiam deixar de se envolver. Perguntou o que podia fazer o município pelo número ainda tão significativo de mais de 1500 pessoas desempregadas registadas no IIEFP em outubro último. Que não era a situação financeira que impedia o executivo municipal de concretizar a atribuição automática do tarifário social aos utilizadores dos serviços de águas e resíduos, sendo que a base legal até já existia, decreto-lei número 147/2017 de 5 de dezembro e a sua aplicação automática, sem necessidade de pedido ou requerimento, permitiria ampliar substancialmente o universo de beneficiários dos atuais 208 utilizadores do tarifário social da água para mais de 2300 famílias no Concelho, era uma escolha política. Que o executivo municipal tinha as suas próprias opções, as suas prioridades e, com certeza, não coincidia com as do Bloco de Esquerda.

Alexandra Bastos (PSD) pediu a palavra para dar resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Paramos, referindo que estava ali na condição de vogal, mas também

era associada da Patinhas e, embora não tivesse o conhecimento da Dra. Ana Paula, fundadora e principal responsável pela gestão da Patinhas, queria esclarecer que a Amar Animais tinha sede em Ovar e estava localizada na freguesia de Paramos, mas recolhia animais da zona de Ovar, tendo apenas em comum com o município de Espinho a sua situação geográfica.

Abel Santos (PSD) perguntou a razão de constarem obras no documento, aparentemente finalizadas, como, por exemplo, a escola de Guetim. Disse que a rua que atravessava Guetim estava a precisar de intervenção urgente.

Presidente CME respondendo à vogal Alexandra Bastos, sobre o canil e o gatil, disse que antes do cabimento tinha de haver planeamento, caso contrário o resultado seria desastroso e que, como não queriam mais desastres, porque já tinham muitos para resolver, tinham que planear muito bem o futuro. Que o ano de 2022 seria um ano de muito planeamento e também de conclusão de algumas obras a decorrer. Que, com recursos próprios e em parceria, também com a Associação Patinhas sem Lar, que já entregou à Câmara, um esboço de um gatil, estavam a desenvolver e queriam materializar quanto antes, um canil e um gatil, com a dimensão adequada e com os meios adequados, constando do documento para o ano 2023 uma verba de 6000 EUR e embora não fosse naturalmente suficiente, tencionavam no âmbito dos fundos que se avizinham, engrossar aquela verba. Para além disso, Espinho integrava a Associação de municípios de Terras de Santa Maria, fazendo parte do canil intermunicipal, que podiam continuar a utilizar, até terem meios próprios, particularmente na castração. Que o aumento das despesas com pessoal, prendia-se com a necessidade de cobrir o aumento das despesas previstas com o aumento do salário mínimo, com as respetivas contribuições sociais e com os encargos. Relativamente ao abastecimento de água, era natural que, conforme as obras avançavam, aquelas verbas diminuíssem em sede de orçamento, mas que havia um longo trabalho ainda pela frente, porque apenas foi substituída 10% da tubagem em fibrocimento. Sobre as obras já concluídas e que ainda se encontravam no orçamento, disse que se prendia com o facto de ainda não terem recebido a totalidade dos fundos comunitários e, portanto, havia essa obrigatoriedade dos projetos continuarem a constar do documento. Quanto à questão da realização da auditoria, disse que tinham previamente de cabimentá-la e como não tinham dinheiro, não o podiam fazer, mas que tencionavam fazê-lo com a maior celeridade possível, e ainda fazer, algumas auditorias/peritagens a algumas obras a decorrer. Sobre o famoso buraco, apesar de





ser evidente, teria muito gosto em explicar, calma e exaustivamente, se assim o pretendessem.

Quanto à não atribuição do cheque bebé, disse que tinham recebido largas dezenas de pedidos de esclarecimento relativamente àquela matéria, não tendo honrado o compromisso, porque não existia verba suficiente para o fazer. Relativamente ao cheque educação, o caso ainda era pior porque não existia qualquer cabimentação para fazer face àquele compromisso. Sobre as iluminações de Natal, disse que tiveram de planear e implementar toda a estratégia de Natal num curto espaço de tempo, tentando iluminar a cidade da melhor forma possível, naturalmente, com forte sentido de responsabilidade e num contexto de grande constrangimento económico, com algumas necessidades que tiveram de dar resposta. Que conseguiram transportar algumas verbas de outras rubricas que consideraram não serem tão emergentes para poderem operacionalizar, por exemplo, o centro de vacinação em Espinho, totalmente custeado pelo município, com contratação de médicos, enfermeiros, mobilização de administrativos.

Respondendo à vogal Ana Resende, que teceu algumas considerações políticas, disse que o orçamento que, aliás, era muito diferente dos habituais, mais esclarecedor e muito mais fácil de analisar, não era um manual de problemas autárquicos, ali estavam os problemas que o município tinha e que faziam parte do programa do PS e ali constavam porque eram compromissos que assumiram com a população. Que era evidente que alguns não estavam cabimentados porque não era possível fazê-lo, nem era possível sequer terem verba necessária para honrar alguns compromissos que já estavam a decorrer. Sobre o Casino e a questão da concessão disse que não era da responsabilidade da Câmara e que o Casino fazia parte da identidade do concelho e era bom que os espinhenses soubessem, independentemente dos aspetos positivos ou negativos, que o município de Espinho, recebia 15% da receita bruta, sendo uma importante fonte de financiamento.

Relativamente ao grupo Fortera, disse que, na qualidade de vereador da oposição, não votou favoravelmente o projeto e agora também, na qualidade de Presidente de Câmara, também não votou favoravelmente, continuando a manter a sua opinião, mas não lhe parecia que existisse qualquer isenção.

Sobre a habitação, disse que era uma das prioridades e se reparassem no orçamento, havia um aumento e uma forte aposta naquela matéria, que passava por implementar

uma estratégia local de habitação com pés e cabeça com forte planeamento, sendo que era isso que, naquele momento, estavam a fazer em contrarrelógio, até porque tinham prazos muito curtos para apresentação das respetivas candidaturas.

Respondendo ao vogal do BE, disse que o município de Espinho já tinha o tarifário social, como podia ver na página 41, já com 208 utilizadores que reuniam as condições, assim como também tinham utilizadores de famílias numerosas.

Relativamente à questão do vogal Abel Santos disse que a mobilidade era uma das suas prioridades e sabiam que as vias em todo município estavam muito degradadas e era evidente que, de uma forma responsável, planeada e hierarquizada, tentariam intervir o mais rápido possível, dotando o município de uma rede de infraestruturas rodoviárias com dignidade e, naturalmente, no patamar que todos queriam e defendiam.

Ana Rezende (CDU) sobre o casino, disse que não viu o município de Espinho indignar-se nacionalmente contra aquela falta do concurso para a concessão e perguntou como pretendiam, nos próximos 4 anos levar a cabo uma medida constante dos documentos previsionais, que era a de apoiar e valorizar o Casino de Espinho para captar atratividade. Percebia que os documentos previsionais eram um plano de boas intenções, mas que não iriam conseguir executá-lo porque não tinham verba. Sobre as questões da habitação, depreendia da resposta do Presidente que tudo estaria dependente de eventuais candidaturas a que o município se candidataria, de fundos da bazuca.

Presidente CME disse que, relativamente ao primeiro direito, estavam a reestruturar a candidatura, sendo que as regras mudaram e havia a possibilidade de terem um financiamento a 100%. Que não precisavam de uma participação tão elevada e que, naquele momento, estavam em contra relógio a tentar apresentar ainda candidaturas para construir habitação de raiz porque era uma necessidade emergente, mas também existiam outras formas, no âmbito de rendas acessíveis e do regulamento municipal de habitação de ter também uma oferta para os jovens e para as classes médias, no fundo, para as famílias que não reúnam condições para se candidatarem à habitação social, mas que tinham muita dificuldade em aceder ao mercado "normal" do município, onde as rendas, os preços eram muito elevados. Que implicava, no fundo e também em contrarrelógio, implementar uma política local de habitação com outra dimensão e com outra estratégia.



João Matos (BE) fez notar que na sua intervenção anterior não se referia ao tarifário social da água, mas à atribuição automática do tarifário social, que não era um mecanismo aplicado automaticamente no município de Espinho

Presidente CME respondeu que existia uma listagem enviada pela ERSAR e que era uma medida aplicada automaticamente.

Passando à fase da discussão do documento, interveio o vogal Paulo Leite (PSD) que disse ter ouvido ali falar de muitos desastres, mas francamente, que ainda não vira nenhum, sendo que já pediu, por quatro vezes, que o demonstrasse e que voltaria a pedir até mostrarem as evidências. Que, com certeza, teria sido um lapso porque olhava para os números do orçamento e para os valores que, entretanto, iam chegando e continuava a não ver buraco algum, pelo que era claramente a favor da auditoria. Que ficava surpreendido quando o Presidente da CME dizia não ter dinheiro para pagar uma auditoria, mas tinha dinheiro para outras coisas. Acreditava existir ali alguma confusão, que na sua ótica, estava patente em todo o orçamento, proveniente de alguma inexperiência de quem teve de pegar numa Câmara que caiu no colo e se apercebeu que uma coisa era andar em campanha, a fazer promessas, e outra, muito diferente era fazer. Relativamente à questão do estádio que era para chegar em 2018, era bom que não esquecessem que o PSD, ao fim de 40 anos, teve a coragem e audácia de avançar com um estádio e que não teve propriamente a colaboração do PS. Referiu ainda que uma Câmara não era para ter dinheiro, mas que devia utilizá-lo em favor e em benefício da sua população. Que podiam ter opções que eram mais ou menos concordantes ou discordantes, com a população, porque ninguém agradava a todos, mas que tinha a firme convicção de que todos vinham com o objetivo de fazer o melhor que podiam.

Que aquele orçamento era igual aos apresentados anteriormente, contendo algumas alterações que suscitavam algumas dívidas e que, efetivamente, havia alguma falta de preparação para exercer o poder que, de repente, teve que passar a ser exercido, tendo-lhe surgido o pensamento de que o que era mau e errado no ano passado, naquele ano seria bom e certo. Que reafirmava-se a incongruência que viram no caso do IMI, onde fizeram uma baixa de 0,4 para 0,39, quando há um ano atrás defendiam uma taxa de 0,30.

Portanto, havia incongruências, que, se necessário, podiam ser verificadas nas declarações de voto que fizeram na ata 10/2020. Sobre o estádio, fez notar que o

executivo PSD não disse que se jogaria no estádio em 2018, mas que se avançaria, e avançou- se, para esse desígnio a partir de 2018, mesmo com falta de apoio. Que no orçamento constava para o próximo ano, uma verba definida de 173 000 € e uma verba não definida de 3 268 000 € e que, se continuar a ser assim, o estádio provavelmente em janeiro pararia. Lembrou que a Câmara Municipal ficou com dinheiro. Disse ainda que, no caso da habitação social, existia uma verba definida de 954 000 € e outra não definida de 954 000 € e que nas Grandes Opções do Plano estavam definidos quase 23 000 000 € e não definidos 11 000 000 €. Acrescentou que, no ano passado, o executivo PSD tinha definido quase 32 M€ e não definidos perto de 3 e ainda que, quem fazia a gestão de uma Câmara, tinha de encontrar soluções e não estar à espera de vir alguém e apontar a solução. Que ficou muita obra em curso e que o PS poderia inaugurar. Sobre as autorizações para contratação de empréstimo, fez notar que dantes não se podiam fazer, eram consideradas como passar um cheque em branco, mas agora, continuavam a constar do documento e com certeza o PS votaria a favor.

Jorge Pina (PS) protestou porque não admitia, nem as pessoas que os estavam a ouvir em casa admitiam, que dissesse que a Câmara caíra-lhes no colo, estando o vogal a dar uma lição de estupidez a quem votou naquela Câmara. Que tinha de ter cuidado com o que dizia, concluindo que deviam ter ali um elemento camuflado do CHEGA

Paulo Leite (PSD) contra protestou dizendo que a Assembleia dirigia-se à Assembleia e não ao público e que não admitia ao vogal Jorge Pina que fizesse juízos de valor. Que respeitava e exigia ser respeitado e que se pensava que ele fosse do CHEGA estava muito equivocado, que era um partido que, muito francamente, não lhe dizia absolutamente nada.

Jorge Pina (PS) pediu para fazer defesa da honra porque no seu protesto, não ofendeu absolutamente nada, mas que o vogal Paulo Leite ofendeu a ele e a todos os espinhenses que votaram no Partido Socialista, ao dizer que a Câmara caíra-lhes no colo, chamando de estúpidos às pessoas que votaram no PS. Que soubesse o vogal Paulo Leite nem votava em Espinho

Paulo Leite (PSD) pediu para fazer defesa da honra e disse que queria deixar bem claro que havia espinhenses que votaram no Partido Socialista, outros no PSD, outro no CDS e até no CHEGA e que mereciam todo o seu respeito. Que de facto, não votava em Espinho, perguntando desde quando, em democracia, não era permitido



que votando num determinado concelho, não pudesse exercer o seu cargo, a sua função cívica, livremente. Que estava em representação de muitos cidadãos que votaram na equipa da qual fazia parte e era preciso ter respeito pela democracia.

Presidente da AME disse que estavam a discutir o orçamento e que agradecia que os vogais tivessem alguma contenção e se focassem naquilo que atentava a discussão.

Ana Paula Africano (PS) referiu que era uma das sessões mais importantes que a Assembleia Municipal tinha durante o seu ano de trabalho. Que a discussão e a votação dos documentos provisionais eram fundamentais para a decisão do orçamento que o executivo disporia para governar o município de Espinho durante o ano de 2022. Que as Grandes Opções do Plano, o Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades, entre outros, eram os principais documentos alvo da discussão e análise, e gostava de deixar 3 ideias principais para a discussão, para a análise e para a votação. A primeira era que aquele documento de facto refletia o início de um novo ciclo de governação, com novas preocupações em termos de estratégia de desenvolvimento face à governação anterior, apesar de não ser, de facto, o orçamento que gostariam de apresentar, mas que um orçamento, não era algo que se tire como um coelho de uma cartola. Que era um documento que estava muito condicionado pelo que vinha de trás, por 12 anos de governação, que definiram uma estratégia para o município de Espinho e que o facto do Executivo ter entrado em funções há 2 meses não permitiu fazer o orçamento que gostaria de ter feito, não possuindo uma varinha mágica de condão para fazer desaparecer a realidade que herdara e que agora tinha de gerir, onde pesavam muito os compromissos anteriormente assumidos em termos de empreitadas em curso, em fase de conclusão e o inerente endividamento em que a Câmara incorreu para aquele efeito, que não tinha financiamento previsto. Que tinham um comboio a andar e estava praticamente lotado, já com pouco espaço para entrarem mais passageiros. Disse que o executivo fazia, apesar de tudo, uma tentativa e assumia frontalmente qual era o seu programa para governar em Espinho nos próximos 4 anos, com transparência e frontalidade com os espinhenses ao anunciar o que pretendia fazer e no final dos 4 anos estariam ali para ver o que foi possível fazer. Que não sabia o que o vogal Paulo leite entendia por um buraco, mas se tinham empreitadas em curso, que não iniciaram, e não tinham financiamento para elas, devia querer dizer alguma coisa.

Que, de facto, o executivo não inovava muito em relação ao ano anterior, mas tanto quanto possível anunciava as suas intenções, nomeadamente um compromisso claro com a habitação, a preocupação com a requalificação dos equipamentos municipais, que, de facto, era algo de que, como espinhenses, os devia envergonhar. Não adiantava fazer obra nova numa parte da casa e no resto deixar cair. Sendo a situação difícil, de penúria financeira, como também já foi referido ali pela vogal da CDU, tinham que ser ainda mais criteriosos sobre o que dariam prioridade e, a questão da habitação, era uma área prioritária, e que a requalificação dos equipamentos do município também deveria ser uma preocupação importante, porque quanto mais tarde se preocuparem com isso, maior será a conta.

O segundo ponto era que havia ali uma tentativa de assumir, claramente, quais eram os objetivos e ainda um compromisso e empenho em tentar cumprir um programa com que o PS se candidatara. Que era um documento claramente mais transparente, com muito mais informação, muito mais fácil de ser entendido por quem o lia e não era especialista na área, constituindo uma mudança positiva. Que tecnicamente, o orçamento cumpria com todas as regras e limitações impostas pela lei de financiamento local, pela lei de compromisso de pagamentos em atraso e, portanto, não estava em causa o rigor técnico com que o documento estava feito, no entanto, importava salientar que as grandes opções do plano, tinham 11 milhões de financiamento não definidos dos quais do plano plurianual de investimentos correspondiam mais ou menos 6 500 000, 00 € e que, mais de metade, referia-se ao estádio municipal, cuja empreitada fora iniciada pelo executivo PSD com um grave problema, sendo que era uma obra para a qual não tinha financiamento previsto, uma obra que não estava ilegível para financiamento por parte de fundos europeus, portanto, uma obra que tinha que ser financiada com os impostos dos espinhenses e, com recursos próprios da Câmara.

Que aquela obra começou por ser anunciada entre 2 e 4 M€ e já estava anunciada em 7,5M€ até ao seu final, com possibilidade de aumentar, atendendo à conjuntura que viviam. Que existia ali de facto um buraco de 6,5 M€, sendo que metade referia-se ao estádio municipal e o remanescente à requalificação urbana, habitação e RECAFE, e, tudo isso, num contexto em que o município tinha uma capacidade de endividamento muito limitada porque o nível de endividamento já era extremamente elevado.



Que tinham de reconhecer que o exercício de 2022 seria um exercício muito exigente para o executivo que teria de ter muito empenho e criatividade para realmente resolver os problemas que herdara, para superar aquelas restrições financeiras que eram suficientemente graves para, de facto, colocar dificuldades sérias a algumas das empreitadas que estavam em curso. Que podiam ter esperança no PRR que, eventualmente poderia vir a ajudar com alguns programas e disponibilização de fundos europeus, se não exigir uma elevada comparticipação por parte do município, porque se exigir, continuavam a ter problema.

Para terminar, disse que deviam ser claros, que os tempos que se avizinhavam não seriam fáceis, porque teriam muitas incertezas, sendo que não sabiam ainda o que a pandemia poderia trazer em termos de necessidade de encargos e despesas, como era o exemplo da recente reabertura do centro de vacinação, em que se teve de ir buscar verbas de um lado para reafectar a outro, e, por outro lado, a própria incerteza económica em que tinham um risco grave, com imensas dificuldades de normalização das cadeias globais de abastecimento que estavam a causar surtos de inflação que já eram significativas nas maiores economias mundiais e europeias, sendo expectável que os bancos centrais subiriam as taxas de juro, levando a que a banca comercial também subisse as taxas de juro, ou seja, todo o serviço da dívida, começaria a sair mais caro, além do que os novos empréstimos, obviamente, seriam contratados já com custos acrescidos.

Ana Rezende (CDU) disse que, quando mudava a cor do executivo, já era típico o empossado queixar-se que os anteriores tinham deixado um buraco. Que já acontecera quando ganhara o PSD e acontecia agora, que era evidente que isso carecia de ser demonstrado, sendo que a auditoria pecava por tardia e que a justificação de não haver verba para alocar, parecia-lhe um bocadinho excessiva. Que estavam a discutir, se calhar, os documentos mais importantes da vida do município, que eram quase a vida do município para os próximos 4 anos. Acrescentou que era importante dizer que município de Espinho já esgotara praticamente a sua capacidade de endividamento, apresentando, naquele momento, mais ou menos 80 000 000 € de endividamento, portanto, na sua opinião, se não estavam pior, estavam iguais aquando do município teve de ser intervencionado pelo PAEL

Disse que concordava com o vogal Paulo Leite do PSD quando referiu que o executivo PS decalcara os orçamentos do PSD, o que de facto demonstrava o que a CDU dizia de não haver muita diferença entre os dois partidos, que era apenas uma questão de cor.

Teixeira Lopes (PS) referiu que a Câmara Municipal tomara posse há cerca de 2 meses, e que o prazo para apresentar o orçamento era curto de facto. Que estudar os dossiers, tomar conhecimento do Estado financeiro caótico da Câmara, elaborar o orçamento eram tarefas, muito difíceis de realizar com responsabilidade, como era o caso daquele orçamento e que existiam condicionalismos, ou seja, os 12 anos de governação do PSD e era ao PSD que tinham que pedir contas, sendo que as contas foram cobradas pela eleição em maioria do Partido Socialista e com a derrota do PSD. Que, quem ganhara as eleições e tinha naquele momento a responsabilidade do poder executivo era o Partido Socialista que, dali a 4 anos seria julgado pela sua boa ou má governação.

Que aqueles condicionalismos tiveram uma especial tendência no último ano de mandato, com a requalificação urbana feita a pensar nas eleições autárquicas, mas que correu mal, com o atraso das suas conclusões que ainda se mantinha, e tivera um peso extraordinário no resultado eleitoral

Sobre o atraso das obras disse que, há cerca de 20 anos, quando do início das obras de RECAFE, escreveu um artigo publicado na Defesa de Espinho em que denunciava já que as obras se atrasariam. Que, passados 20 anos, ainda não estavam concluídas, o que representava um buraco de mais de 13M€. Que nos últimos 12 anos, foi retirada a possibilidade aos espinhenses de usufruírem daquele espaço, permanentemente em obras. Que aquelas implicações tiveram um respetivo custo no orçamento, que depois eram transplantados por maior ou menor malabarismo orçamental. Sobre os edifícios públicos, como por exemplo o local onde se encontravam, que foi uma das obras mais notáveis de arquitetura construídas nos últimos anos em Espinho, disse que estavam degradados, embora, naquele local, a Assembleia estivesse melhor instalada, com a possibilidade de transmitir para o público o que se passava, e que isso era mérito daquela Câmara. Que outros edifícios municipais como a talassoterapia, a piscina municipal, o FACE, a biblioteca Municipal José Marmelo e Silva também estavam degradados, o que teria uma repercussão pesada nos próximos orçamentos e agravava as limitações financeiras daquele orçamento.





Abel Santos (PSD) referiu que o RECAFE não está terminado e que provavelmente ninguém gostava de ver ali o elevador, mas a verdade era que o projeto estivera em discussão pública e se alguém tivesse alertado, provavelmente não estaria naquele local.

Presidente CME referiu que não era aquele elevador.

Abel Santos (PSD) continuou dizendo que se o projeto fora alterado, era preciso perguntar quem o permitira, tendo-se de apurar se realmente era verdade ou não. Que a ex-vereadora que estava ao lado do Presidente, também participara e poderia dar o seu contributo naquela discussão. Acrescentou que se pudesse ser mudado, muito bem, que não era por estar sentado na bancada do PSD que teria reservas, sendo que a sua postura era, e sempre seria, criticar o passado, o presente e ajudar no futuro. Que julgava que todos estavam interessados na realização da auditoria. Relativamente aos edifícios municipais, não era do agrado de nenhum espinhense ver a situação em que eles estavam, mas houve determinadas opções que foram tomadas pelos sucessivos executivos anteriores e, agora também, determinadas decisões que pudessem vir a ser tomadas podiam prejudicar expectativas de algumas pessoas, e dali por 4 anos, poderiam estar a falar exatamente do mesmo, de que não fora feita aquela obra ou aquela manutenção. Que esperava, que daqui a alguns dias, alguns meses, alguns anos, tivessem a possibilidade de manter os edifícios que lhes custaram imenso. Finalizou dizendo ao vogal Teixeira Lopes que, parecia que fazer obras em Espinho, dava muito mal resultado, perdiam-se eleições, sendo que o Presidente Mota fizera grandes obras, algumas delas importantes para Espinho e perdera as eleições, que o PSD fez obras, que os espinhenses reconheceram como importantíssimas para Espinho, mas trouxera algumas dores num momento de pandemia e o resultado foi perder as eleições. Acrescentou que, naturalmente, 12 anos de um executivo condicionavam o executivo seguinte, e aquele orçamento estava de alguma maneira condicionado, não havia dúvidas quanto a isso. Disse que era o primeiro orçamento daquele executivo, e havia algum benefício da dúvida e que aquele executivo fora legitimado nas eleições e aceitava isso de forma perfeitamente natural, sendo que, depois estariam obviamente no tempo certo, a fazer aquela avaliação. Que, efetivamente tinham uma herança, mas uma herança que não envergonhava em nada até ao momento. Perguntou se alguém punha em causa a necessidade da rede de água, da requalificação das vias, da mobilidade e disse que, seguramente Espinho estaria melhor de que quando aquelas obras não estavam feitas. Que a requalificação

das escolas era evidentemente necessária, o RECAFE era uma necessidade, sendo que houve uma primeira fase do enterramento, agora era preciso requalificar a parte superior e que era natural que fossem necessários ajustes, que houvesse trabalhos amais, cujos valores tinham de ser aprovados pela Câmara. Que o estádio era um tema polémico, trouxera imensas coisas a que, provavelmente, nenhum espinhense gostara de ter assistido, mas também foi uma promessa do Partido Socialista. Considerava que todos os espinhenses tinham interesse em que houvesse um estádio municipal, até para alguma satisfação dos espinhenses na sua própria Cidadania, em termos de cidade. Esperavam-se tempos difíceis e havia uma série de conjunturas, não só em termos do município, mas também nas suas vidas pessoais e nas empresas, como o abastecimento, a falta de matéria-prima, a subida de todos os materiais e, portanto, realmente é preciso muita criatividade, muito empenho e, portanto, pedia-se ao executivo aquela capacidade e aquele empenho para que todos juntos e o PSD também estava naquele processo, para que Espinho conseguisse vencer aquela fase menos positiva.

Presidente CME referiu que, antes de mais, queria aproveitar a oportunidade para dirigir uma palavra de agradecimento aos serviços da Câmara Municipal pela sua entrega, profissionalismo e dedicação na elaboração daquele orçamento, particularmente à Chefe de Divisão Dra. Maria João. Disse ao vogal Abel que o que estava a acontecer em Espinho não era normal. Que o experiente executivo anterior, em 2017, reduzira o IMI, de 0,45 para 0,44 e depois, o mesmo experiente PSD, baixou, em 2018, o IMI de 0,44 para 0,43, sendo que o PS, em matéria de inexperiência, estava muito à frente, porque logo no segundo mês, conseguira fazer o que o PSD só fez passado 7 ou 8 anos. Que o experiente executivo, excelente gestor, avançara com um banquete de obras, naturalmente, muito bem planeadas, e agora diziam que não percebiam onde havia um buraco, sendo que se havia obras a decorrer que não podiam ser paradas, e se não tinham financiamento definido, havia um buraco, como era evidente. Que era um problema muito grave que, naturalmente, tinha repercussões no futuro e no bom funcionamento do município. Fez notar que, no RECAFE, não estavam definidos 545 000 € só para pagar o que estava contratado e que era uma obra que já tinha bem mais de 12 meses de atraso e já ia na sétima proposta de alteração de trabalhos, que já existia uma derrapagem de mais de 3 milhões de euros, tendo sido feitas muitas alterações que não validadas, existiam largas dezenas de não conformidades, nomeadamente aquela questão do elevador.



Que o empreiteiro não queria entregar a obra porque tinha quase 5 milhões de euros ainda por receber, tendo já apresentado algumas evidencias, mas que a Câmara iria lutar e defender os interesses do município até às últimas consequências, acrescentando que tinha de se remeter ao silêncio sendo que o processo seria tratado nas entidades próprias, porque estamos a falar aqui de questões extraordinariamente graves.

Relativamente ao estádio municipal, obra lançada no orçamento de 2017, e aprovada, disse que não avançara logo porque não havia dinheiro, que fora adiada porque não tinham capacidade de pagar e honrar os compromissos assumidos. Que o buraco para 2022 eram 3,26 milhões de euros e que tinham de arranjar dinheiro porque o estádio não podia parar, fazendo notar que o PSD devia ter acautelado aquela questão, sendo que era uma obra que iriam auditar e os espinhenses perceberiam. Que as estruturas teriam de ser todas refeitas, porque se carregassem as bancadas, cairiam; que o movimento de terras foi mal calculado, havia dezenas de milhares de euros de trabalhos extra e não tinha iluminação. Sobre a requalificação urbana da Rua 6 e da parte final da rua 19, faltavam 1,34 milhões euros. Relativamente à habitação, faltavam 950 000 EUR e para a escola Sá Couto faltavam 120 000 euros. Que, contabilizando aqueles valores, já tinham 6,5 milhões de euros e ali estava o buraco a aparecer e perguntou se queriam que se parassem as obras. Acrescentou ainda que, para o Cheque bebé, faltavam 60 000 € e que, todos os dias, recebia telefonemas e mensagens de pessoas, e que o Cheque educação nem sequer estava cabimento. Disse ainda que, para o Cinanima, para o FEST, para o Festival Internacional de Música vergonhosamente, não tiveram dinheiro para honrar o compromisso que o executivo anterior tinha assumido. Que o município tinha uma dívida de 25 ou 26 milhões €, que é a que menos o preocupava naquele momento, 7,5 milhões €, com as obras que estavam a decorrer, que era um buraco porque, para elas, não tinham fonte de financiamento definido e somando aos 26 milhões de dívida herdada e às derrapagens entre 5 e os 10 milhões, andavam na casa dos 40 milhões de euros de compromissos assumidos, que era uma situação muito idêntica à de 2009. Que, com muita vontade, muito esforço, muita dedicação, muito planeamento conseguiriam corrigir a situação.

Abel Santos (PSD) referiu que as palavras do Presidente Ihe foram dirigidas por uma questão retórica ou propositadamente para tentar descredibilizar algo que dissera, mas que a sua intervenção foi no sentido de ultrapassarem aquelas dificuldades que

afetavam todos os portugueses. Que teriam 4 anos de trabalho conjunto e a sua postura, nos últimos 4 anos na Assembleia Freguesia de Anta Guetim, sempre foi numa perspetiva construtiva e era assim que estava na sua vida e também no município de Espinho. Que aquela intervenção só vinha aa propósito do Presidente se ter dirigido a ele, mas, que, entretanto, percebeu que se estava a dirigir ao grupo PSD. Que esperava que o silencio fosse breve para que os espinhenses tivessem real conhecimento da situação e podia ter a certeza absoluta que se se verificasse o que tinha afirmado, também o condenaria.

Alexandra Bastos (PSD) disse que era espinhense há 53 anos, nascida e criada naquela Terra e que fazendo um ponto da situação em 2021 e naquele orçamento que os ia levar para 2022, perguntou o que queriam para a gestão e planeamento de edifícios públicos, ou seja, continuar a construir edifícios públicos para o umbigo dos Srs. Presidentes de Câmara, ou começar realmente a construir edifícios que fizessem sentido e servissem os cidadãos de Espinho. Que aquele tipo de gestão autárquica esgotara-se na democracia e não era com as mudanças de ciclo que estavam efetivamente a ouvir, o filme que aconteceu em 2009. Que alguma coisa se estava a passar gravemente na democracia e a democracia era feita por todos. Que deviam pensar um bocadinho, o que queriam efetivamente, se trazer para o orçamento mais edifícios para a cultura, para assembleias municipais, porque edifícios já tinham e não deviam ter sido muito bem planeados, porque eram um caos para gerir, restando saber se iriam continuar a fazer aquela gestão autárquica, porque também os fundos comunitários iriam acabar. Desejou ao Presidente da Câmara o maior sucesso, mas efetivamente, entendia que não deviam andar sempre a duplicar e a triplicar edifícios públicos num município tão pequeno, com uma população tão pequena e tão carenciada. Acrescentou que registou a frase do Presidente da Assembleia Municipal, sobre quanto era cabimentado de receitas dos nossos impostos municipais e pensava que era muito pouco para aquela divagação.

Presidente CME disse que o orçamento não referia edifícios novos.

Paulo Leite (PSD) disse que, como já referira na intervenção anterior, antes o PS votava contra a questão das autorizações para a contratação de empréstimos e que hoje iria votar a favor, quando se tratava exatamente da mesma coisa.



Que, para as juntas de freguesia, a variação que houve do mandato anterior para o atual era um bocadinho superior, ou seja, mais 2000 €. Quanto aos gastos com pessoal já foi mencionado o aumento dos custos, sendo que, no passado, tinham no orçamento 10 700 000 €, correspondentes a 23,77% da despesa, e naquele ano haveria um aumento para 11 500 000, correspondendo a 31,57%, ou seja, um aumento em percentagem de 7,8% do custo. Acrescentou que obras como o RECAFE podiam, efetivamente, terem erros, mas que não conhecia nenhuma obra, nenhum projeto que não tivesse correção, sendo corrente, quando um projeto estava em curso e que as coisas tinham de ser resolvidas, não era buraco nenhum, havia uma gestão que era preciso fazer no dia a dia. Que, de facto, havia uma descida da capacidade de endividamento do município explicada pelos empréstimos para o BEI e para o estádio e havia, também, um saldo de Gerência de 4 340 000,00 €. Que a dívida atualmente, não era de 80 000 000€ como ali foi dito erradamente, mas de 26 664 000,00. Que tinham uma capacidade de endividamento atual de 8 146 000,00 e no ano passado, a dívida era inferior em 6 milhões, sendo que essa diferença era explicada pelo empréstimo do BEI e para o estádio que estavam a ser concretizados no terreno e que, no final do ano, passariam de saldo de gerência de um ano para outro, e que, se quiserem fazer contas de merceeiro 26 menos 4 não dá 40. Disse ainda que, nas contas, na página 51, constava claramente um ganho que tiveram com a questão da EDP, com o negócio que fizeram, conseguindo reduzir despesas. No que diz respeito a investimento, disse que podiam ver que, no ano passado, tinham um investimento previsto de 19 milhões e agora era de 9 milhões, o que dava a perceber quem procurou efetivamente desenvolver o Concelho. Que de facto, os Espinhenses sofreram com a obra do RECAFE, e que, talvez por causa disso, também a população revelou a sua insatisfação e que isso tenha a ver com os resultados eleitorais que eram para respeitar. Em questões de pagamento ou não pagamento, lembrou que a informação escrita do Senhor Presidente referia que atualmente estavam a pagar aos fornecedores em 16 dias, não querendo referir o prazo, há 12 anos atrás, porque envergonhava qualquer um. No respeitante aos edifícios ali mencionados, disse que foram feitos no mandato do Partido Socialista, anterior ao PSD, e que, como deviam imaginar, foram todos muito bem planeados, inclusivamente a sua manutenção e a perspectiva do que seria necessário fazer posteriormente. Referiu que ninguém gostava de obras, mas que era preciso fazer obra para devolver o espaço aos espinhenses e que quando tomaram conta da Câmara, com o endividamento que tinha, que era qualquer coisa de imaginável., ficaram sujeitos ao PAEL.

Que agora a dívida era de 26 milhões, com 4 milhões já concretizados nos empréstimos que ficavam do saldo de gerência, pelo que não viessem dizer que havia falta de dinheiro, muito menos para uma auditoria, sendo essa afirmação, a cereja no topo do bolo. Que foram eleitos para gerir, não para vir com desculpas para eventualmente acontecer o que se estava mesmo a ver que ia acontecer, ou seja, haver fracassos.

Ana Rezende (CDU) referiu que aquele diálogo de passa culpas entre PS, PSD e PSD, PS, não deixava de ser curioso quando estavam ali a jogar com a vida dos espinhenses e estavam, supostamente, a decidir sobre erário público, portanto, dinheiro que era de todos eles. Que o executivo, quando tomou posse, devia ter pedido logo uma auditoria, até por uma questão de seriedade, porque, nem que tivesse que fazer uma gestão durante um ano em duodécimos, porque o orçamento apresentado, que nem mereceu reprovação por parte do PSD, pelo menos os seus vereadores abstiveram-se na votação, era decalcado dos orçamentos anteriores do executivo PSD e padecia do que aqueles orçamentos padeciam. Que eram autorizações em branco, que não se percebia como eram alocadas as verbas, o seu timing para a infinidade de opções de plano que eram apresentadas. Que, nos tempos que corriam, os titulares de cargos eletivos, de cargos políticos, eram responsáveis pelos votos que decidiam fazer sobre documentos de tão grande importância e eram responsáveis civil e criminalmente e que, em documentos pouco claros, e que se traduziam em passar um cheque em branco, sendo, depois, fácil fazer alguma engenharia, alocar umas coisas aqui e ali, que não estavam bem previstas. Acrescentou que a CDU votaria contra.

Teixeira Lopes (PS) começando pela intervenção da Vogal Ana Rezende, disse que, independentemente da vontade deles, o jogo fazia parte da vida e que, quando proibido, jogava-se de forma clandestina. Que, a seguir ao 25 de Abril, foi possível que o imposto do jogo, nomeadamente em Espinho, fosse atribuído para reforçar as verbas provenientes do imposto do jogo que tinha origem no governo através da Secretaria de Estado com essa responsabilidade. Que pensava que os trabalhadores em luta com a entidade patronal Casino Solverde viam os seus problemas resolvidos pelo sindicato e pela entidade patronal e, quando não conseguiam acordo, pelo Tribunal, não lhe parecendo que colhesse esse exemplo em relação ao imposto de jogo.



Sobre as obras, disse que o PS, no seu programa, propunha um grande auditório, porque sabia que, desde a extinção do São Pedro, ficaram impossibilitados de assistir, por exemplo, a um ballet como o Royal Ballet, por não existir um Cine teatro com a boca de cena com capacidade suficiente, sendo que uma Câmara, não podia ficar surda e cega em relação àquelas necessidades que podiam ser colmatadas. Referiu que não tinha dúvidas nenhuma, por exemplo, que a Vila Manuela poderia dar origem ao novo fórum de Espinho, e se olharem com uma vista urbanística para o local onde se encontrava a Câmara, o jardim público, o centro cultural como o edifício onde se encontravam, a biblioteca e o Palácio da Justiça, então, nada os podia impedir de pensar, de sonhar, que a Vila Manuela, por um lado, para defender património, por outro lado, para adaptá-lo aos novos tempos, podia ser muito bem, a sede da Assembleia Municipal com os serviços que necessitava. Que estavam a pensar num novo centro urbano modificado e, portanto, julgava que o Partido Socialista votaria favoravelmente o orçamento.

Presidente JF Anta e Guetim disse que queria começar por referir que conhecia o vogal Abel Santos há muitos anos e reconhecia a sua honestidade intelectual, tinham trabalhado juntos e que foi bom tê-lo na Assembleia de Freguesia, com a sua posição colaborante e construtiva, apesar das diferenças que os pudessem separar. Sobre o orçamento, disse que ouviu ali dizer que era um "copy paste" do orçamento do PSD, e tendo o PSD ali afirmado que era tão bom, julgava não haver razões para o PSD votar contra, mas que, obviamente, que o fazia. Disse ainda que compreendia que a CDU votasse de forma diferente e que o BE ainda não tivesse anunciado a sua posição.

Reconhecia, com a apresentação daquele orçamento, que, quando o anterior executivo dizia que não podia dar mais dinheiro para obras à freguesia de Anta e Guetim, porque as coisas estavam difíceis, estava a ser coerente porque, de facto, vendo o orçamento, as coisas estavam mesmo difíceis. Que pediam para fazer a discriminação positiva, porque eram 2 freguesias com uma dimensão superior à freguesia de Paramos, com o dobro ou o triplo de ruas para alcatroar e recebiam o mesmo. Que, naquele orçamento existia a tal discriminação positiva para Anta e Guetim, recebendo mais 2 mil euros, explicando que existia acordo com todos os presidentes de junta. Referiu ainda que 115 000 € para investimento direto não lhes parecia que fosse mau, embora nunca estivessem satisfeitos, para quem começara os mandatos com uma atribuição zero.

Disse que sempre lhes prometeram que se votassem os orçamentos favoravelmente, seriam construídos os balneários no campo de futebol de Guetim, sendo certo que nunca constara no PPI da Câmara e agora constava, embora pudesse não ter verba definida.

Abel Santos (PSD) disse que protestava porque acreditava que tivesse sido uma negociação extremamente difícil entre o Presidente da Câmara, Miguel Reis, e o Presidente de Junta, Nuno Almeida e no final, esperava que, como Guetinese, o Presidente da Junta tivesse ficado muito pouco satisfeito, porque dois mil euros não deviam deixar nenhum Presidente de Junta satisfeito.

Nuno Almeida (JS Anta e Guetim) contra protestou, referindo que acreditava que o vogal Abel cometera um erro, porque não eram 2 000 €, mas 117 000 € só por uma componente.

Ana Rezende (CDU) pediu um ponto de ordem à Mesa quanto à condução dos trabalhos, embora percebesse que, às vezes, não era fácil, mas que havia coisas que, de facto, não podiam ocorrer. Que tiveram ali uma declaração de namoro entre o Senhor Presidente da Junta de Anta e Guetim e o vogal do PSD, e aquela Assembleia não era palco para aquela troca de piropos. Que estavam todos ali para trabalhar e trabalhar seriamente e as figuras regimentais não podiam ser constantemente usadas e abusadas, pelo que a mesa tinha que começar a tomar posição.

João Bastos (BE) referiu que o Presidente da Junta de Anta Guetim dissera que o Bloco não tinha definido a sua posição de voto e queria ser muito claro ao referir que aquele orçamento não correspondia em nenhuma medida aos problemas da população de Espinho e naquele sentido, o Bloco de Esquerda votaria contra.

Paulo Leite (PSD) fez também um ponto de ordem à Mesa porque a vogal da CDU tinha razão, embora não se pudesse esquecer de que, no período de perguntas, fez uma intervenção em vez de perguntas, pelo que a Mesa também devia ter isso em atenção.

Votação: aprovado com 14 votos a favor, 2 votos contra e 9 abstenções

Declarações de voto:

PSD (Paulo Leite): "Tendo em linha de conta o facto deste orçamento se basear maioritariamente nos orçamentos antes apresentados pelo executivo PSD, mas com





alterações que nos provocam dúvidas, deixamos, assim, que o executivo proceda à execução de um orçamento que corresponderá às suas opções. Da análise e discussão dos documentos, entre várias questões apontadas verifica-se, por exemplo, que o documento apresentado não é claro sobre as opções tomadas pelo atual executivo PS. Também se verifica, em diversas situações, que o texto relativo ao plano estratégico e às grandes opções do plano não é condizente com o quadro do Plano plurianual de investimentos. No que diz respeito ao mapa de pessoal, verifica-se um acréscimo total de 21 lugares relativamente ao ano anterior, para os quais não encontramos justificação cabal. Mas verificamos um elevado acréscimo nas carreiras de “técnico superior” e “carreiras subsistentes / nomeados”, onde as descrições de funções não permitem perceber a justificação ou intenção. Considerando também as várias dúvidas que levantamos, e entendendo que não há condições para votar de forma bem fundamentada, optámos pela abstenção tendo em linha de conta também o facto deste executivo estar em situação de início de funções com a evidente falta de experiência a revelar-se.”

Presidente da AME informou que a reunião já tinha ultrapassado a duração de três horas regimentais, colocando à consideração do plenário a sua continuação. Não tendo sido aceite a continuação, a reunião foi dada por encerrada, tendo o Presidente da AM informado que os Srs. Vogais seriam informados, por e-mail, da data para continuarem a sessão.

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

---

A Funcionária Municipal,

---